

Áreas urbanas e periféricas, Homens e jovens, Profissionais do crime organizado

A criminalidade cresce no Brasil. Entre 1999 e 2000, segundo dados preliminares do Ministério da Justiça, aumentou o número de registro pela polícia de ocorrências de homicídios (1,93%), latrocínios (4,70%), lesão corporal (9,23%), roubos (9,59%), furtos (12,48%), tráfico de drogas (6,02%) e porte/uso de drogas (22,25%). Houve ligeira diminuição no número de ocorrências de estupro (-0,80%) e redução significativa do número de ocorrências de extorsão mediante seqüestro (-31,08%) registradas pela polícia.

Os crimes mais freqüentes são os que não resultam em morte. Eles podem ser contra a pessoa (estupro, extorsão mediante seqüestro, tentativa de homicídio e lesão corporal - todos violentos) ou contra o patrimônio, como o furto, crime em que não há violência, e o roubo, crime com violência. O furto, que cresce 12,4% entre 1999 e 2000, é o que tem maior incidência, com 1.517.227 ocorrências.

A partir de 1990, houve uma melhora significativa da qualidade das informações sobre a violência e a criminalidade, particularmente por meio de registros médicos e policiais, pesquisas de vitimização, pesquisas acadêmicas e relatórios de organizações governamentais e não-governamentais. Entretanto, o registro de ocorrências criminais pela polícia ainda é falho em todos os estados, e as informações disponíveis não refletem adequadamente a extensão, a distribuição e a gravidade do problema no país, principalmente nos estados do Norte e Nordeste, onde os sistemas de registro de informações são incipientes. É particularmente difícil obter informações sobre a violência doméstica, que atinge a criança, a mulher e o idoso, a delinqüência juvenil, o crime organizado, os crimes do colarinho branco, os crimes praticados por agentes do estado e os crimes que não resultam na morte da vítima.

Segundo pesquisa realizada pela Fundação Seade no Estado de São Paulo em 1998, apenas 45,5% das pessoas vítimas de roubo ou furto registram a ocorrência na polícia - 43,1% na região metropolitana e 50,6% no interior do estado -, taxa superior à registrada em outros estados. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, segundo pesquisa realizada em 1995/1996 pelo ISER/CPDOC-FGV, apenas 20% dos roubos são registrados pela polícia. Estudo da Organização Mundial da Saúde revela que apenas 2% das mulheres vítimas de violência registram a ocorrência. Essa disparidade entre o número de ocorrências criminais e registros de crimes é constatada também pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, em pesquisa realizada em dez capitais brasileiras em 1999. Nos 12 meses anteriores à realização do estudo, 6% dos entrevistados haviam sofrido alguma agressão física e 1% havia sido ferido por arma de fogo, 6% haviam sido ameaçados com revólver e 4%, ameaçados com uma faca durante um roubo.

Áreas urbanas e periféricas – O crescimento da criminalidade que resulta em morte está concentrado em grande parte nas áreas urbanas e atinge principalmente os jovens. Entre 1980 e 1998, enquanto o número de mortes resultantes de homicídio ou agressão no país registra um acréscimo de 201,3% (de 13.910 para 41.916), nas 12 regiões metropolitanas (Baixada Santista, Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória) esse índice chega a 262,8%. Essas áreas, apesar de concentrar cerca de 35% da população brasileira, respondem por mais da metade das mortes resultantes de homicídio ou agressão. Só as duas maiores cidades - São Paulo e Rio de Janeiro - são responsáveis por 21% desse total. Em relação à taxa de homicídios por 100 mil habitantes, Recife é a capital que apresenta o maior índice (81,51). O número de vítimas de homicídios no país, proporcionalmente à população, é superior ao de outras nações democráticas, mesmo as da América Latina (que não enfrentam guerras civis), segundo dados do Relatório do Desenvolvimento Humano 2000, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, e do Mapa da Violência do Fundo das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

Mapas de risco da violência, elaborados pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, de São Paulo, e pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP, em parceria com instituições no Rio

de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e Curitiba (PR), e pelo Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade (Proaim), do município de São Paulo, mostram que as maiores taxas de homicídio são registradas na periferia das grandes cidades, onde há maior pobreza, desemprego e falta de serviços básicos, como saúde, educação, transporte, comunicações, segurança e justiça. É também nessas áreas que graves violações de direitos humanos costumam ocorrer, como execuções sumárias, tortura e detenções arbitrárias pela polícia e por grupos ligados à segurança privada e ao crime organizado. Na cidade de São Paulo, por exemplo, a taxa de homicídio por 100 mil habitantes chega a ser 28 vezes maior em um bairro de periferia, como o Jardim Ângela (116,23), que em uma região nobre, como Moema (4,11).

Na zona rural, a criminalidade tende a acontecer em áreas distantes da região urbanizada, onde o estado e a sociedade civil estão ausentes ou têm fraca atuação. Nessas regiões, em que ocorrem conflitos intensos e violentos entre proprietários rurais, trabalhadores sem terra, garimpeiros e grupos indígenas, existe uma maior dificuldade para obter informação sobre criminalidade. A imprensa e as organizações não-governamentais são as principais e, às vezes, as únicas fontes de informação sobre esses problemas.

Homens e jovens – A taxa de homicídio entre a população masculina cresce mais que 100% entre 1980 e 1996, passando de 21,2 para 43,5 por 100 mil habitantes, segundo estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), que utilizou dados do Ministério da Saúde. Em relação à faixa etária, o grupo mais atingido está entre 18 e 21 anos. Nele, a taxa de homicídio chega a 139 por 100 mil habitantes no Rio de Janeiro, em 1995. Já a faixa entre 15 e 17 anos é a que apresenta maior crescimento do número de homicídios: 265% entre os períodos de 1980 e 1984 e 1990 e 1995 (de 15,2 para 55,5 por 100 mil habitantes). Entre as mulheres (sem restrição de faixa etária), essa taxa é bem menor (4,4 por 100 mil habitantes em 1996), mas também registra um aumento significativo de 91,3% entre 1980 e 1996.

Profissionais do crime organizado – A ligação de profissionais especializados com o crime organizado fica bastante clara no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico Congresso Nacional, apresentado em dezembro de 2000. Ele mostra o envolvimento de políticos, juízes, policiais, advogados e empresários com quadrilhas organizadas, particularmente nos estados do Acre, Maranhão, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo.

O caso com maiores desdobramentos foi o do ex-deputado federal Hildebrando Pascoal, do Acre. Ele teve o mandato cassado, foi preso por crime contra o sistema financeiro e sonegação fiscal e condenado a mais dez anos de prisão por tráfico internacional de drogas, juntamente com outras 42 pessoas, a maioria policiais civis e militares.

No total a CPI do Narcotráfico propôs o indiciamento de 824 pessoas supostamente envolvidas com os crimes de narcotráfico, roubo de cargas, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal, corrupção, enriquecimento ilícito, falso testemunho e prevaricação. Entre os denunciados estão dois ex-governadores (Orleir Cameli, do Acre, e Manoel Gomes de Barros, de Alagoas), dois deputados federais (José Aleksandro da Silva, do PFL do Acre, e Augusto Farias, do PPB de Alagoas) e 15 deputados estaduais, entre eles três presidentes de Assembleia Legislativa (do Amapá, Fran Soares Júnior, do Espírito Santo, José Carlos Gratz, e de Alagoas, Antônio Ribeiro de Albuquerque).